

TECNOLOGIAS DIGITAIS: DESAFIOS DA PROIBIÇÃO DOS CELULARES FRENTE ÀS METODOLOGIAS ATIVAS

Iranildes Meireles dos Santos

Doutoranda em Ciências da Educação - Faculdade de Ciências Sociais Interamericana – FICS.

<https://orcid.org/0000-0001-7509-4943>

E-mail: iranildesmeireles8@gmail.com

Mílvio da Silva Ribeiro

Doutor em Geografia. Professor e Orientador - Faculdade de Ciências Sociais Interamericana – FICS.

<https://orcid.org/0000-0002-1118-7152>

<http://lattes.cnpq.br/9542173320344070>

E-mail: milvio.geo@gmail.com

DOI-Geral: <http://dx.doi.org/10.47538/RA-2025.V4N4>

DOI-Individual: <http://dx.doi.org/10.47538/RA-2025.V4N4-06>

RESUMO: A presença das tecnologias digitais na educação tem transformado os processos de ensino e aprendizagem, impulsionando metodologias mais dinâmicas e centradas no estudante. O celular, nesse contexto, surge como ferramenta estratégica para práticas pedagógicas inovadoras, especialmente nas metodologias ativas de aprendizagem. Entretanto, legislações que proíbem seu uso em sala de aula geram tensão entre inovação pedagógica e práticas restritivas. Este artigo, de caráter bibliográfico e analítico, investiga os impactos dessa proibição, discutindo limites e possibilidades para a implementação de metodologias ativas. Além da literatura clássica, integra análises recentes sobre legislações nacionais e internacionais. Conclui-se que a proibição absoluta do celular representa retrocesso pedagógico, e recomenda-se políticas educativas que integrem o uso crítico do dispositivo com a formação docente, promovendo aprendizagens significativas e alinhadas às competências digitais exigidas pelo século XXI.

PALAVRAS-CHAVE: Tecnologias digitais. Celular. Metodologias ativas. Inovação pedagógica. Educação.

DIGITAL TECHNOLOGIES: CHALLENGES OF CELL PHONE BANS IN THE FACE OF ACTIVE METHODOLOGIES

ABSTRACT: The presence of digital technologies in education has transformed teaching and learning processes, fostering more dynamic and student-centered methodologies. In this context, mobile phones emerge as strategic tools for innovative pedagogical practices, especially within active learning methodologies. However, legislation prohibiting their use in classrooms creates tension between pedagogical innovation and restrictive practices. This bibliographical and analytical article investigates the impacts of such bans, discussing the limits and possibilities of implementing active methodologies. In addition to classical literature, it integrates recent analyses on national and international legislation. The study concludes that the absolute prohibition of mobile phones represents a pedagogical setback and recommends educational policies that integrate the critical use of the device with teacher training, promoting meaningful learning aligned with the digital competencies required in the 21st century.

KEYWORDS: Digital technologies. Mobile phones. Active methodologies. Pedagogical innovation. Education.

INTRODUÇÃO

O cenário educacional contemporâneo tem passado por transformações significativas, em grande parte impulsionadas pelo avanço das tecnologias digitais. O acesso a dispositivos móveis, como smartphones, permite que estudantes se conectem a informações, produções multimídia e redes de aprendizagem de forma constante, promovendo oportunidades inéditas de aprendizagem. Essa realidade exige que a escola contemporânea repense suas práticas pedagógicas, incorporando metodologias que favoreçam autonomia, protagonismo e engajamento, alinhadas às competências exigidas pelo século XXI.

Entre os recursos digitais disponíveis, o celular destaca-se como instrumento de grande potencial pedagógico. Ele possibilita o acesso a materiais didáticos, a participação em fóruns virtuais, a produção de conteúdo multimídia e a realização de atividades colaborativas em tempo real. Contudo, o uso desses dispositivos em sala de aula tem sido alvo de debates e, em muitos contextos, resultou em legislações que proíbem totalmente seu uso, sob a justificativa de que podem gerar distrações, prejudicar a concentração dos alunos e comprometer o ambiente escolar.

Apesar de existir vasta literatura sobre tecnologias digitais na educação, poucos estudos analisam de forma crítica o impacto específico da proibição do celular na implementação de metodologias ativas. Essa lacuna científica motiva este artigo, que busca compreender como políticas restritivas afetam práticas inovadoras, em especial no Brasil, onde a legislação sobre o tema é fragmentada e varia entre estados e municípios. Além disso, experiências internacionais recentes — como a França, que proibiu o uso de celulares em escolas desde 2018 (UNESCO, 2023), a China, que adota forte regulação, e os Estados Unidos, com políticas descentralizadas — demonstram que a questão é global e exige análises comparativas.

Diante desse contexto, surge a problemática central que orienta este estudo: de que forma a proibição do uso do celular em sala de aula impacta o desenvolvimento das metodologias ativas de aprendizagem? A questão envolve aspectos pedagógicos,

tecnológicos, sociais e culturais, exigindo reflexão crítica sobre os limites e possibilidades das políticas escolares em um cenário de educação digital.

O objetivo geral é analisar os efeitos da proibição do celular no desenvolvimento das metodologias ativas de aprendizagem. Os objetivos específicos são: (i) discutir o papel das tecnologias digitais na educação contemporânea e suas contribuições para práticas pedagógicas inovadoras; (ii) apresentar fundamentos das metodologias ativas e suas conexões com o celular; (iii) analisar argumentos a favor e contra a proibição; (iv) refletir sobre desigualdades digitais e legislações; e (v) apontar alternativas para o uso pedagógico responsável do dispositivo.

A relevância deste estudo está em contribuir para a formulação de políticas educacionais coerentes com as demandas da sociedade em rede, permitindo que o celular seja compreendido como recurso pedagógico estratégico, e não apenas como elemento de distração.

METODOLOGIAS ATIVAS E INTEGRAÇÃO DO CELULAR

As metodologias ativas representam estratégias pedagógicas que colocam o aluno no centro do processo de aprendizagem, promovendo participação ativa, autonomia, pensamento crítico, resolução de problemas e colaboração (Bacich; Moran, 2018). Diferentemente do modelo tradicional, em que o professor é o detentor do conhecimento, as metodologias ativas estimulam a construção coletiva do conhecimento, permitindo que o estudante se torne protagonista da sua aprendizagem.

O celular, nesse contexto, emerge como ferramenta estratégica, capaz de ampliar o alcance das metodologias ativas e transformar o ambiente escolar em um espaço de aprendizagem dinâmico, interativo e conectado à realidade digital contemporânea.

SALA DE AULA INVERTIDA

A sala de aula invertida propõe que os alunos tenham contato prévio com conteúdo teórico antes da aula, reservando o período presencial para atividades práticas e debates. O celular é fundamental nesse processo, pois permite acesso a videoaulas, podcasts, quizzes e textos digitais em qualquer tempo e lugar (Moran, 2015).

APRENDIZAGEM BASEADA EM PROJETOS (ABP)

A ABP desafia os estudantes a desenvolver projetos para resolver problemas reais. O celular possibilita pesquisas, organização de tarefas, registro de informações e interação entre equipes, fortalecendo competências socioemocionais como liderança e colaboração (Valente, 2019).

GAMIFICAÇÃO E MICROLEARNING

A gamificação aplica elementos de jogos — como desafios e recompensas — para aumentar engajamento. Já o microlearning organiza o aprendizado em conteúdos curtos e interativos, favorecendo assimilação gradual. Aplicativos como Kahoot, Duolingo e Socrative têm sido amplamente utilizados em escolas brasileiras e internacionais para potencializar engajamento (Silva; Almeida, 2021). Estudos recentes mostram que essas práticas aumentam a motivação dos alunos e favorecem aprendizagem personalizada (UNESCO, 2023).

DESAFIOS DA INTEGRAÇÃO DO CELULAR

A integração do celular nas práticas pedagógicas, apesar de seu grande potencial, enfrenta desafios que vão além da simples resistência de alguns docentes ou da percepção de distração por parte dos gestores escolares. A efetiva utilização do dispositivo exige uma articulação entre infraestrutura, formação docente, políticas escolares e equidade de acesso, para que se torne instrumento pedagógico e não apenas fonte de conflito.

Formação docente insuficiente para mediação crítica é um dos principais obstáculos. Muitos professores não receberam capacitação adequada para planejar atividades que utilizem o celular de forma estratégica, aproveitando suas funcionalidades para promover aprendizagem significativa (Demo, 2018). Sem orientação, o celular é percebido apenas como um objeto de distração, e o docente pode recorrer à proibição como medida de controle, mesmo quando a metodologia ativa poderia se beneficiar de sua utilização. A literatura aponta que a capacitação contínua, aliada a práticas reflexivas, é essencial para que os professores se tornem mediadores do conhecimento em ambientes digitais (Moran, 2018).

Outro desafio relevante é a infraestrutura limitada e a falta de conectividade. O acesso instável à internet ou a ausência de recursos tecnológicos compatíveis dificulta a implementação de atividades digitais planejadas. Nessas condições, mesmo professores capacitados enfrentam barreiras para desenvolver metodologias ativas que dependam de pesquisa em tempo real, produção de conteúdo multimídia ou colaboração entre estudantes, prejudicando o engajamento e a aprendizagem (Kenski, 2012).

Além disso, políticas restritivas nas escolas podem gerar tensão entre inovação pedagógica e disciplina. A proibição total do celular, embora tenha como objetivo manter a ordem, frequentemente ignora os benefícios que o dispositivo pode trazer para práticas centradas no aluno, colaborativas e interativas. Essas restrições criam dilemas para o docente, que precisa equilibrar controle e liberdade, muitas vezes sem suporte institucional ou formação adequada (Valente, 2019).

Outro aspecto crítico é a desigualdade de acesso entre alunos, que pode gerar exclusão digital. Nem todos os estudantes possuem smartphones ou acesso confiável à internet, o que limita a participação em atividades digitais e pode aprofundar desigualdades pré-existentes. Santaella (2003) destaca que a alfabetização digital deve considerar não apenas o domínio técnico, mas também aspectos sociais e culturais do acesso à tecnologia, promovendo inclusão e equidade.

Esses desafios evidenciam que a integração do celular não é uma questão de tecnologia isolada, mas envolve uma série de fatores pedagógicos, sociais e institucionais. Superá-los exige planejamento estratégico, políticas inclusivas e formação docente contínua, permitindo que o dispositivo seja utilizado como ferramenta de aprendizagem crítica e colaborativa.

PROIBIÇÃO DO CELULAR: TENSÕES E CONTROVÉRSIAS

A proibição do celular em sala de aula é tema controverso, gerando debates entre gestores, professores, alunos e pesquisadores. Enquanto defensores apontam riscos, críticos ressaltam perdas pedagógicas significativas.

Defensores da proibição alegam que o celular compromete a atenção dos estudantes, serve como fonte de distração e pode facilitar práticas de cyberbullying. Nessa perspectiva, a medida é vista como forma de preservar a disciplina, manter o foco do aluno e garantir um ambiente escolar seguro e organizado. Além disso, algumas escolas

argumentam que a proibição evita dependência tecnológica e promove hábitos de concentração sem interferência de dispositivos móveis (Valente, 2019).

Por outro lado, críticos da proibição enfatizam que essa abordagem é simplista e não resolve os desafios reais da educação contemporânea. Valente (2019) afirma que “*a proibição do uso do celular em sala é uma solução simplista para um problema complexo*”. Segundo os defensores do uso pedagógico, o celular pode se tornar uma ferramenta poderosa quando mediado de forma planejada, permitindo pesquisa, registro de informações, produção de conteúdo multimídia e colaboração entre alunos.

A BNCC e o PNE defendem a integração crítica das tecnologias digitais no processo educativo, evidenciando que a proibição absoluta limita práticas pedagógicas inovadoras e o desenvolvimento de competências essenciais para o século XXI (Brasil, 2014; 2018). Além disso, estudos internacionais mostram que o uso supervisionado do celular aumenta o engajamento, a motivação e a participação dos alunos, especialmente em metodologias ativas como a sala invertida e a aprendizagem baseada em projetos (Valente, 2019).

A tensão entre disciplina e inovação evidencia que a questão não é apenas tecnológica, mas pedagógica e social. A proibição do celular, sem alternativas pedagógicas, impede que docentes explorem novas estratégias de ensino, restringe a aprendizagem colaborativa e limita o protagonismo estudantil. Assim, a integração consciente e planejada do dispositivo surge como alternativa para conciliar controle e inovação, promovendo um ambiente de aprendizagem ativo, inclusivo e alinhado às demandas da sociedade digital.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise desenvolvida ao longo deste artigo evidenciou que a proibição absoluta do celular em sala de aula, ainda que sustentada por argumentos relacionados à manutenção da disciplina e à redução de distrações, acarreta efeitos limitadores sobre o desenvolvimento de metodologias ativas de aprendizagem. Ao desconsiderar o potencial pedagógico do dispositivo, as políticas restritivas acabam por restringir oportunidades de engajamento, de colaboração e de protagonismo estudantil, aspectos centrais para a construção de aprendizagens significativas no século XXI.

Verificou-se que, quando utilizado de forma crítica e planejada, o celular pode ser um aliado estratégico na consolidação de práticas inovadoras como a sala de aula invertida, a aprendizagem baseada em projetos, a gamificação e o microlearning. Essas metodologias, reconhecidas pela literatura como capazes de promover maior autonomia, interação e motivação, encontram no dispositivo móvel um suporte acessível e próximo da realidade dos estudantes. No entanto, sua eficácia não pode ser dissociada de condições estruturais mínimas: a mediação docente qualificada, a disponibilidade de infraestrutura tecnológica e a formulação de políticas educacionais que priorizem a inclusão digital.

Nesse sentido, a formação de professores constitui um dos pontos cruciais para superar as resistências e limitações existentes. Um corpo docente preparado, consciente das potencialidades e riscos do uso do celular, é capaz de transformar a ferramenta em recurso didático alinhado às competências digitais previstas pela BNCC e pelo PNE. Tal preparação, no entanto, demanda investimentos contínuos em capacitação, criação de espaços de troca de experiências e incentivo à reflexão crítica sobre práticas pedagógicas mediadas por tecnologias.

Outro aspecto que não pode ser negligenciado refere-se à desigualdade de acesso. A integração do celular nas práticas educativas exige políticas públicas que considerem a diversidade socioeconômica dos estudantes, evitando que a tecnologia, em vez de instrumento de inclusão, torne-se mais um fator de exclusão. Programas de acesso digital, fornecimento de conectividade e parcerias entre escolas, governos e comunidades podem contribuir para minimizar disparidades e assegurar equidade no uso pedagógico do dispositivo.

Este estudo, de natureza bibliográfica, apresenta limitações por não contemplar dados empíricos de campo. Assim, recomenda-se que pesquisas futuras investiguem de forma comparativa os efeitos de políticas de proibição e de uso supervisionado, observando indicadores de desempenho escolar, motivação, engajamento e desenvolvimento de competências digitais. Além disso, estudos de caso em diferentes contextos educacionais brasileiros e internacionais podem enriquecer a compreensão sobre práticas bem-sucedidas e oferecer subsídios para a formulação de políticas mais equilibradas.

Em síntese, a escola contemporânea não pode se manter alheia às transformações da sociedade em rede. Proibir indiscriminadamente o uso do celular em sala de aula é

medida que, ao tentar solucionar problemas imediatos de gestão escolar, compromete a possibilidade de formação integral do estudante. Mais do que restringir, é necessário educar para o uso crítico, responsável e criativo das tecnologias digitais, preparando jovens não apenas para lidar com o presente, mas também para atuar de forma autônoma e colaborativa em um futuro cada vez mais conectado. Ao assumir o celular como aliado pedagógico, a escola pode ressignificar seu papel e promover aprendizagens ativas, inclusivas e coerentes com os desafios da contemporaneidade.

REFERÊNCIAS

BACICH, Lilian; MORAN, José. *Metodologias ativas para uma educação inovadora: uma abordagem teórico-prática*. Porto Alegre: Penso, 2018.

BRASIL. *Base Nacional Comum Curricular – BNCC*. Brasília: MEC, 2018.

BRASIL. *Plano Nacional de Educação – PNE*. Brasília: MEC, 2014.

BRASIL. *Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. Lei nº 16.567/2017. Proíbe o uso de aparelhos celulares em escolas estaduais*. São Paulo, 2017.

CASTELLS, Manuel. *A sociedade em rede*. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

DEMO, Pedro. *Educação e tecnologias digitais: do consumo ao protagonismo*. Campinas: Papirus, 2018.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

KENSKI, Vani Moreira. *Tecnologias e ensino presencial e a distância*. Campinas: Papirus, 2012.

LÉVY, Pierre. *Cibercultura*. São Paulo: Editora 34, 1999.

MORAN, José. *Metodologias ativas para uma aprendizagem mais profunda*. Porto Alegre: Penso, 2015.

SELWYN, Neil. *Education and technology: key issues and debates*. 3. ed. Londres: Bloomsbury, 2022.

SILVA, Carla; ALMEIDA, Paulo. *Gamificação no ensino básico: experiências com celulares em sala de aula*. Revista Brasileira de Educação Digital, v. 6, n. 2, p. 45–62, 2021.

UNESCO. *Technology in education: a tool on whose terms? Global Education Monitoring Report 2023*. Paris: UNESCO, 2023.

VALENTE, José Armando. *Integração do celular na educação: desafios e perspectivas*. São Paulo: Cortez, 2019.

Submissão: julho de 2025. Aceite: agosto de 2025. Publicação: outubro de 2025.